Grandes tradições teóricas em relações internacionais e o processo de apoio estatal à internacionalização de empresas

Major theoretical traditions in international relations and the process of state support to the internationalisation of companies

Rafael Murgi

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas

rafaelmurgi@hotmail.com

Resumo: As principais tradições teóricas em relações internacionais apresentam precipuamente grande poder explicativo sobre assuntos relacionados a segurança, particularmente em relação ao papel do Estado e ao comportamento estatal adequado para garantir a sobrevivência contra agressões externas. Com as transformações ocorridas no capitalismo mundial a partir dos anos 1970, que foram apoiadas pelos avanços nas tecnologias da informação e comunicação e pela intensificação do fluxo de transporte internacional e que conduziram à participação de uma maior variedade de atores na arena internacional e à interdependência entre estados, percebeu-se a necessidade da adoção de uma temática expandida na análise das relações internacionais. Com base neste cenário, o presente artigo procurará apresentar a maneira pela qual cada uma das grandes tradições teóricas em Relações Internacionais, o Realismo e o Liberalismo, pode explicar a política de apoio estatal à internacionalização de empresas, explicitando suas divergências e suas dificuldades na explicação desta política.

Palavras-chave: Teoria das relações internacionais. Realismo. Liberalismo. Internacionalização de empresas. Empresas multinacionais.

Abstract: The main theoretical traditions in international relations have chiefly great explanatory power on security issues, particularly regarding the role of government and the appropriate behaviour of states to ensure survival against external aggression. With the changes in international capitalism from the 1970s, supported by advances in information and communications technology and by intensification in the flow of international transport, which led to the involvement of a wider range of actors in the international arena and to interdependence among states, the necessity of adopting an extended agenda in international relations was realized. Based on that, this article will analyse how each of the major theoretical traditions in international relations, Realism and Liberalism, can explain the policy of state support for internationalisation of companies, highlighting their differences and their difficulties in explaining this policy.

Keywords: International relations theory. Realism. Liberalism. Internationalisation of companies. Multinational corporations.

Originais recebidos em: 01/09/2013

Aceito para publicação em: 27/06/2014

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Introdução

A globalização econômica sofreu importante impulso a partir do triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético no final da década de 1980. Com a globalização, aumentaram os fluxos financeiros internacionais, a convergência de processos produtivos e a padronização de aspectos regulatórios nos países, ao mesmo tempo em que se intensificou o processo de formação de blocos econômicos (CERVO, 2002, p. 5). Após o fim da Guerra Fria, a dicotomia entre alta e baixa política torna-se menos relevante e, entre 1990 e 2001, o aumento do fluxo comercial e de investimentos entre fronteiras diminui a preeminência das questões de segurança (CERVO, 2002, p. 10).

De um modo geral, a globalização está relacionada a fatores como o significativo aumento dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; a crescente competição nos mercados; a interdependência de economias nacionais; e a produção em nível global. Estes acontecimentos verificados nos últimos anos deram-se, geralmente, num primeiro momento, em âmbito regional, em um movimento regionalista de expansão de fronteiras nacionais em direção a seu entorno mais imediato (LIMA; COUTINHO, 2007, p. 126-127).

Neste cenário, a estrutura produtiva da economia global tem sido influenciada de forma crescente pela expansão de empresas multinacionais, particularmente a partir dos anos 1990, uma vez que estas empresas são responsáveis por parcela significativa da produção mundial, do fluxo de comércio internacional e do financiamento à pesquisa e desenvolvimento – P&D (ALÉM; CAVALCANTI, 2005, p. 54).

Ao contrário do previsto por diversos especialistas, a ascensão das empresas multinacionais não resultou em uma situação em que elas superassem a importância exercida pelos Estados na arena internacional. Ao invés disso, tanto as empresas multinacionais como os Estados provaram sua versatilidade em lidar um com o outro, o que resultou em uma complexa relação entre estes atores, a qual, salvo algum evento extraordinário, deve durar ainda muitos anos (GILPIN, 1987, p. 252-253).

Gowan (2003, p. 108) argumenta que os Estados possuem grande interesse em atender às necessidades de seus mais importantes capitais e realizam esforços de modo a estimular seus empresários a investir, expandir e aumentar suas atividades produtivas. Uma vez que estes atores exercem suas atividades recorrentemente entre fronteiras, os Estados veem necessidade de apoiá-los em seus empreendimentos no exterior, pois a

remessa de ganhos das operações estrangeiras e a conquista de mercados por empresas nacionais incrementarão a própria força e influência do Estado na arena internacional.

Devido à importância dos recursos financeiros e tecnológicos das empresas multinacionais para o desenvolvimento econômico dos Estados, é importante compreender o relacionamento entre governos e empresas como aspecto fundamental das relações internacionais dos Estados. A frequente relação entre Estado e empresas faz com que muitas vezes os interesses das empresas sejam considerados como interesses nacionais (GARCIA, 2012, p. 167). De forma recorrente, a relação entre empresas e Estado se evidencia por meio da presença de representantes de empresas em cargos públicos, por meio de *lobby* e pela realização de contatos informais, como em relações de amizade (GARCIA, 2009, p. 11).

Nos estudos teóricos na área de relações internacionais, Realismo e Liberalismo continuam a ser as correntes dominantes, apesar do relativo declínio de sua influência nas últimas décadas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 16). Com base nesta afirmação, este artigo examinará como estas duas correntes dominantes e tradicionais em teoria das relações internacionais podem explicar o apoio estatal à internacionalização de empresas. Isto será feito por meio da análise das principais características do Realismo e do Idealismo, da identificação dos principais pontos de convergência e divergência entre as duas correntes e da análise de como as principais características de cada corrente se relacionam ao processo de apoio estatal à internacionalização de empresas. Após estas etapas de análise, será possível sugerir uma conclusão sobre o poder explicativo do Realismo e do Liberalismo sobre este processo.

Principais características do Realismo e do Liberalismo

a) Realismo

Preocupados com os efeitos da então chamada Grande Guerra, os primeiros teóricos em relações internacionais iniciaram seus estudos no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, com a preocupação em desenvolver uma teoria que procurasse entender as causas da guerra e, com isso, evitar que suas consequências fossem sofridas novamente pela humanidade em tal escala.

Ao analisar o Idealismo (nome atribuído ao Liberalismo por seus críticos), que concentrava seus esforços em definir como o mundo deveria ser, a escola dos realistas

surgiu com a crítica de que o viés normativo do Idealismo impossibilitou que os estudiosos da área entendessem como o mundo realmente funcionava e impediu-os de compreender os sinais que prenunciavam a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, os chamados realistas propuseram o estudo de relações internacionais que focasse, de forma menos utópica, no comportamento real dos atores e nas questões de poder e interesse que estão presentes tão frequentemente na política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3-4).

Dentre acadêmicos e tomadores de decisão, o Realismo é a visão de mundo dominante em relações internacionais. O fim da Segunda Guerra Mundial permitiu a preponderância dos realistas, já que, com o fim do conflito, era evidente a importância do entendimento pelos Estados dos instrumentos que garantissem sua sobrevivência.

Ao buscar as raízes históricas de seu pensamento, os realistas encontraram no filósofo grego Tucídides, pensador bastante influente para a escola, o primeiro autor a tratar um tema central ao estudo das relações internacionais, a guerra. A partir da análise de Tucídides de que os Estados envolvem-se em guerras por temerem por sua segurança e sobrevivência devido à ameaça de outros Estados, os realistas formularam ideias importantes para sua análise, como a anarquia internacional, consequência da ausência de uma autoridade em nível internacional que garanta a segurança e a sobrevivência dos Estados soberanos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22).

Os realistas consideraram importante também a análise de Maquiavel, uma vez que o autor considerava que os Estados deveriam utilizar seu poder e estimular a formação de alianças para atingir o equilíbrio de poder com o objetivo de garantir sua sobrevivência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22). De Hobbes, os realistas extraíram o conceito de anarquia no sistema internacional a partir da ideia desenvolvida pelo autor de Estado de natureza. Das ideias de Hobbes, os realistas concluíram que, pela impossibilidade de existência de um Leviatã no cenário internacional, este se encontrará permanentemente como se estivesse no Estado de natureza (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 22-23).

Como consequência, para os realistas, há na arena internacional uma sensação permanente de desconfiança mútua entre os Estados, a garantia de sobrevivência como objetivo único dos Estados e a ideia de que a segurança constitui-se um jogo de soma zero, em que a segurança de um Estado só pode ser conseguida com a diminuição da segurança de outros.

Outro conceito derivado da anarquia internacional é a autoajuda. Para os realistas, nenhum Estado pode contar com outros para defender seus interesses e sobrevivência, uma vez que Estados aliados podem vir a tornarem-se ameaças mútuas às suas sobrevivências. Isto não implica na impossibilidade de cooperação, mas na vigilância mútua permanente entre os Estados e no rompimento de alianças na área de segurança caso tal medida seja necessária para a defesa do interesse nacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 31).

No Realismo, o Estado possui papel central na análise das relações internacionais. Para o Realismo, esta centralidade implica a função fundamental do Estado de garantir a segurança de seus cidadãos contra agressões externas e tomar medidas para a garantia da paz dentro de suas fronteiras. No plano interno, os realistas desconsideram os processos políticos internos que determinam o comportamento dos Estados no plano externo, considerando-os atores unitários e racionais que agem no cenário internacional de modo a defender o interesse nacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 23-24).

Outro aspecto central para a análise do Realismo é o poder. Enquanto alguns autores do Realismo consideram o poder como a capacidade econômica, tecnológica, política e militar dos Estados, outros definem o poder em termos relativos, como a capacidade dos Estados em se defender contra seus competidores no cenário internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 28-29).

Hans Morgenthau, autor que deu consistência à análise realista em seu livro *Política entre as nações*, publicado originalmente em 1948, recomendou como política a manutenção do *status quo* e a expansão ou busca por prestígio. A manutenção do *status quo* não significa impedir qualquer mudança, mas garantir o equilíbrio de poder e evitar que o algo o perturbe (MORGENTHAU, 2003, p. 94). A expansão do prestígio pode dar-se em âmbito local ou global e pode ser alcançada por meios militares (considerados os mais eficientes por Morgenthau), econômicos e culturais (os quais Morgenthau não descarta).

Na obra supracitada, Morgenthau define, sumariamente, seis princípios do Realismo Político (MORGENTHAU, 2003, p. 4-22), quais sejam: 1) a crença de que a política e a sociedade em geral são governadas por leis objetivas baseadas na natureza humana; 2) o interesse definido em termos de poder como orientador da política internacional; 3) a crença de que o tipo de interesse que determina a ação política depende do contexto político e cultural em que a política externa é formulada; 4) a

consciência da tensão entre os mandamentos morais e as exigências de uma ação política de êxito; 5) a recusa em julgar o comportamento das nações em termos morais; e 6) a conclusão de que existe uma profunda diferença entre o Realismo Político e outras escolas de pensamento por conta de sua singular atitude intelectual e moral com respeito às matérias ligadas a política.

Na década de 1970, o Realismo sofreu uma de suas maiores crises, uma vez que diversos acadêmicos começaram a ressaltar a importância, nas relações internacionais, de assuntos econômicos e, com isso, a questionar o excessivo papel do Estado atribuído pelo Realismo e destacar a importância crescente de atores como empresas multinacionais, organizações internacionais e organizações não governamentais.

Foi neste contexto que Kenneth N. Waltz publicou, em 1979, seu livro *Theory of International Politics*. O Neorealismo ou Realismo Estrutural desenvolvido por Kenneth Waltz é geralmente considerado um grande avanço em relação à versão clássica de Hans Morgenthau e de outros (SCHROEDER, 1994, p. 108). Em seu livro, Waltz defendeu que o Realismo era adequado para explicar fenômenos em relações internacionais, mas que a teoria deveria ser aprimorada por meio de uma base mais sólida e científica.

Ao questionar a recorrência de guerras, Waltz conclui que a estrutura de anarquia no sistema internacional é o fator determinante para a repetição de conflitos em diversos períodos históricos. “O argumento central é que os resultados gerais da política internacional derivam mais das limitações estruturais do sistema de Estados do que do comportamento unitário” (SCHROEDER, 1994, p. 108).

Reforçando a importância do Estado na análise do Realismo, Waltz afirma que, assim como os economistas definem os mercados em termos de firmas, as estruturas políticas são definidas em termos de Estados em relações internacionais. Sobre os estudos de entidades transnacionais e o papel de atores não estatais em relações internacionais, Waltz ressalta dois aspectos: primeiro, os estudiosos destes assuntos não desenvolveram nenhuma teoria distinta da teoria geral de relações internacionais; segundo, faz sentido que tal teoria não tenha sido desenvolvida, já que ela apenas será necessária quando os atores não estatais tornarem-se mais importantes que as grandes potências, fato que não possui perspectiva em um futuro próximo (WALTZ, 1979, p. 93-95).

b) Liberalismo

O Liberalismo é um dos paradigmas dominantes em relações internacionais e sua importância aumentou substancialmente após o fim da Guerra Fria. O Liberalismo é uma grande tradição do pensamento ocidental que leva em consideração o lugar do indivíduo na sociedade, a natureza do Estado e a legitimidade das instituições de governo. A tradição liberal tem como característica a análise das relações entre os indivíduos, sociedade e governo em âmbito doméstico, e relativamente poucos autores desta escola estudaram temas relacionados a relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 58).

Outro ponto importante para os liberais é o potencial da razão. Os liberais afirmam que as organizações políticas modernas, fundadas pela tradição liberal, criam as condições para o progresso contínuo das sociedades humanas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 60).

A desconfiança em relação ao Estado é um traço marcante da tradição liberal. Nesta tradição, o Estado é visto como um mal necessário, pois ele tem como função garantir a segurança de seus indivíduos contra ameaças externas e punir os transgressores das leis internas e, por outro lado, representa o risco de um poder tirânico com potencial de restringir a liberdade individual (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 60).

Com base na ideia de que os detentores do poder utilizam as guerras para aumentar seu prestígio pessoal, seu poder de arrecadar impostos, sua capacidade de restringir posições contrárias ao governo, seu poder de suprimir a oposição e sua liberdade para aumentar os gastos militares, os liberais chegaram à conclusão de que o caráter de conflito em que se encontra o sistema internacional é uma ameaça permanente ao exercício da liberdade pelos indivíduos no interior dos Estados. Dessa forma, torna-se essencial a promoção da paz entre os Estados para a garantia do bem-estar dos cidadãos no plano doméstico (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 61).

Para os liberais, o progresso e a razão podem levar os Estados a engajarem-se em arranjos que promovam a cooperação em nível internacional. Os principais fatores que podem levar a uma maior cooperação entre os Estados, na visão liberal, são o livre comércio, a democracia e as instituições internacionais. Em relação ao comércio, os liberais afirmam que a interdependência criada pelo intercâmbio de mercadorias e o benefício mútuo criado por essa relação levam os Estados a privilegiar a reciprocidade em relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 63).

A ideia dos liberais de que a democracia leva à paz internacional é bastante influenciada pela obra de Immanuel Kant, principalmente por seu ensaio sobre a paz perpétua. Para Kant, os governos despóticos, por dependerem muito menos da opinião pública do que os regimes democráticos e por representarem interesses sociais minoritários, encontram maior facilidade em promover guerras que muitas vezes não seriam apoiadas em democracias (KANT, 2008, p. 12-13).

Já a importância atribuída pelos liberais à institucionalização tem suas origens na experiência de manutenção da paz pelo Concerto Europeu, baseada na cooperação internacional. Esta cooperação, para os liberais, seria facilitada pela institucionalização, a qual implicaria a formulação de regras de conduta dos Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 72).

O Liberalismo foi marginalizado como teoria de relações internacionais a favor do Realismo, quadro que começou a alterar-se na década de 1970, quando o tema interdependência ganhou força no âmbito da teoria de relações internacionais e levou o Liberalismo a uma posição central no estudo da disciplina. O contexto histórico da distensão nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética permitiu que se percebesse que questões de segurança em relações internacionais, dominantes no contexto da Guerra Fria, estavam perdendo importância em relação a temas de natureza predominantemente econômica, como o desenvolvimento e a interdependência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 80-81).

Robert Keohane e Joseph Nye argumentam que a interdependência não está limitada a situações que acarretam benefício mútuo. Para os autores, a interdependência, por envolver a restrição da autonomia, implicará sempre custos aos atores envolvidos em determinada relação (KEOHANE; NYE, 1989, p. 9). Considerada uma tentativa de conciliar o Liberalismo com uma visão realista e como uma teoria complementar ao Realismo, a interdependência faz com que as decisões tomadas em um Estado, além de gerar impactos em âmbito doméstico, tenham influência sobre a economia e a sociedade de outros Estados.

Para regular e controlar as relações transnacionais e interestatais, os governos criam procedimentos, regras ou instituições que influenciam o caráter da interdependência. Tais arranjos governamentais são chamados de regimes internacionais (KEOHANE; NYE, 1989, p. 5). De acordo com Keohane (1984, p. 57), o conceito de regime é definido em termos de quatro componentes distintos: princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão.

Keohane e Nye analisam o sistema internacional por meio de uma construção teórica denominada interdependência complexa, a qual possui características importantes, como a existência de contatos informais entre órgãos governamentais e atores privados; a relevância de uma ampla diversidade de temas além da segurança, incluindo questões comerciais, financeiras e sociais; e a inexistência de hierarquia entre questões da chamada alta política (relacionada ao poder e à guerra) e baixa política (relacionada à economia e à cultura). Outro aspecto importante da interdependência complexa é a análise dos interesses defendidos por Estados. Como o Estado não é considerado um ator unitário, mas uma arena onde operam múltiplos interesses, os objetivos das ações estatais poderão variar de acordo com as diversas áreas de atuação governamental (KEOHANE; NYE, 1989, p. 24-30).

Este quadro de predomínio liberal em relações internacionais alterou-se após o endurecimento do conflito bipolar na década de 1980, na chamada Segunda Guerra Fria, que trouxe de volta ao centro da agenda internacional questões de segurança. Isto levou Keohane e Nye a formular uma revisão de sua teoria, que resultou na consideração do Estado como principal ator em relações internacionais e da anarquia como princípio organizador do sistema internacional. Esta revisão representou um afastamento da importância concedida a atores não estatais nas relações internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 88-90).

Nos anos 80 e 90, as teorias de interdependência complexa e de regimes geraram uma série de debates com os realistas, principalmente em relação ao significado da anarquia, que contribuíram para impulsionar a relevância da tradição liberal em relações internacionais. De acordo com a visão liberal, os Estados não estão preocupados primordialmente com sua segurança, mas buscam maximizar sua utilidade em uma série de áreas de sua atuação. Para isto, os Estados utilizam as organizações internacionais de forma a garantir maior transparência e informação em seus processos de defesa de interesses (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 96-99).

Principais pontos de convergência e de divergência entre Realismo e Liberalismo

Das análises acima das teorias desenvolvidas pelo Realismo e pelo Liberalismo, pudemos verificar que, muito mais do que serem antagônicas, estas teorias possuem

pontos de convergência e de divergência. Assim, antes de procedermos à análise do processo de apoio estatal à internacionalização de empresas e de como as grandes tradições teóricas em relações internacionais podem explicar este processo, analisemos algumas características que aproximam e afastam o Realismo e o Liberalismo.

a) Principais Pontos de convergência entre Realismo e Liberalismo

Edward Hallet Carr, que escreveu seu livro *Vinte anos de crise – 1919-1939* logo antes da Segunda Guerra Mundial, considerava que os princípios deveriam ser subordinados à política, o que levou muitos analistas a considerá-lo um autor realista. Entretanto, na obra de Carr é possível identificar diversos aspectos que influenciaram, na década de 1970, os chamados liberais. Para Carr (2001, p. 17-20), realistas e idealistas utilizavam-se de métodos de abordagem opostos em relação aos problemas políticos. Enquanto os primeiros enfatizavam como o mundo funcionava, os últimos propunham como o mundo deveria ser.

Assim como para Carr, para John Herz (apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 36), autor contemporâneo de Morgenthau, o Realismo e o Liberalismo não são mutuamente excludentes, mas complementares. Apesar de enfatizar ideias realistas como o pragmatismo e a garantia da sobrevivência, Herz aceitava um componente ético em sua análise, ao mencionar a necessidade da existência de um projeto transformador da sociedade que não preservasse o *status quo*, principalmente quando este trazia uma série de injustiças.

Outro autor que utilizou elementos comuns das análises de realistas e de liberais foi Robert Keohane. Apesar de afirmar que os regimes contribuem para levar os Estados a cooperarem, Keohane (1984, p. 62) reconhece que

[...] em política internacional, os princípios, as normas e as regras dos regimes são necessariamente frágeis porque correm o risco de entrar em conflito com o princípio da soberania e a norma associada da autoajuda.

Esta análise converge, em certa medida, com uma visão realista em relações internacionais. Para Keohane (1984, p. 63), os regimes não devem ser interpretados como elementos de uma nova ordem internacional acima do Estado-Nação, mas como arranjos motivados pelo autointeresse, em que a soberania permanece sendo o princípio constitutivo.

Outro aspecto que aproxima as análises de realistas e liberais é o reconhecimento de que os Estados continuam a ser os atores mais importantes nas

relações internacionais. Para Keohane e Nye (1971, p. 342), “nossas observações sobre as mudanças na política internacional não negam que os governos permanecem como os atores mais importantes do jogo”.

b) Principais Pontos de divergência entre Realismo e Liberalismo

Apesar de existirem algumas características que aproximam o Realismo e o Liberalismo, há ainda muitos pontos de divergência entre as teorias mais tradicionais em relações internacionais.

Para John Herz (1950, p. 158), a distinção entre o Realismo e o Idealismo não é “simplesmente entre reflexão interessada no real e no ideal, ‘o que é’ e ‘o que deve ser’”. A distinção, ao invés disso, está principalmente na ênfase de cada uma das correntes de pensamento (HERZ, 1950, p. 158):

A reflexão realista é determinada por uma compreensão do impacto avassalador do fator segurança e as consequentes orientações e tendências políticas de poder, oligárquicas, autoritárias e afins na sociedade e na política, independentemente de sua conclusão e apoio. A reflexão idealista, por outro lado, tende a concentrar nas condições e soluções que devem superar os instintos egoístas e atitudes de indivíduos e grupos em favor de considerações além da simples segurança e autointeresse.

Em relação à cooperação no sistema internacional, os liberais divergem do ceticismo realista com relação ao papel das instituições, pois acreditam que, mais do que refletir o interesse dos mais poderosos, as instituições podem influenciar o comportamento dos Estados, já que elas tornam mais claros os incentivos e custos provenientes da cooperação, por meio do aumento dos fluxos de informação, de regras de cumprimento de compromissos e da maior nitidez em relação às expectativas de comportamentos de parceiros.

Keohane e Martin (1995, p. 42) afirmam que, enquanto John Mearsheimer, autor associado ao Realismo, alega que as instituições não têm efeito independente sobre o comportamento dos Estados, os institucionalistas consideram que elas possuem forte influência sobre as realidades do poder.

Mearsheimer (1994, p. 9) defende que o “Realismo retrata uma visão bastante pessimista da política internacional”. Neste contexto, o sistema internacional é retratado como uma arena brutal em que os Estados procuram oportunidades de levar vantagem em cima dos outros, e dessa forma têm pouca razão para cooperar. Para Mearsheimer (1994, p. 12), a cooperação entre Estados ocorre, mas é por vezes difícil de atingir e em

todos os casos difícil de sustentar. Considerações sobre ganhos relativos e questões sobre má-fé são os fatores que inibem a cooperação.

Os realistas reconhecem que os Estados podem às vezes operar por meio de instituições. No entanto, eles acreditam que essas regras refletem cálculos dos Estados de interesse próprio baseados primariamente na distribuição internacional do poder. Nessa visão, as instituições são apenas arenas de demonstração das relações de poder.

Ademais, um importante aspecto do pensamento realista é a defesa de que os Estados buscam, na arena internacional, ganhos relativos, ganhos em relação a outros Estados, ao passo que os liberais consideram que os Estados buscam ganhos absolutos, ganhos que podem ser auferidos conjuntamente.

A capacidade explicativa das principais tradições teóricas em relações internacionais sobre o processo de apoio estatal à internacionalização de empresas

a) O Realismo e a política de apoio à internacionalização de empresas

Verifiquemos como o Realismo pode explicar a política de Estados no apoio à internacionalização de empresas por meio da análise dos principais pontos de sua teoria. Primeiramente, para o Realismo, há na arena internacional uma sensação permanente de desconfiança mútua entre os Estados. Este ambiente de desconfiança entre Estados não facilitaria a adoção de políticas que promovessem a operação de empresas nacionais em outros países, uma vez que tal política requer uma confiança mínima de que os países receptores destas empresas garantirão as condições necessárias para que elas desenvolvam as suas atividades e possam competir em condições semelhantes às empresas previamente estabelecidas no mercado.

Em segundo lugar, para o Realismo, a garantia de sobrevivência é o objetivo único dos Estados. Este aspecto da teoria converge com a política de apoio estatal à internacionalização de empresas, já que a adoção de tal política visa a assegurar que as empresas nacionais expandam suas operações e disputem mercados externos, dessa forma garantindo sua sobrevivência em um ambiente de concorrência crescente entre empresas em nível global. Ao defender a sobrevivência de seu setor empresarial, os Estados promotores da internacionalização de suas empresas estarão defendendo sua sobrevivência como um todo.

Além disso, para os realistas, nenhum Estado pode contar com outros para defender seus interesses e sua sobrevivência, o que não implica na impossibilidade de cooperação, mas na vigilância mútua permanente entre Estados. Esta característica, apesar de possuir maior aplicação a assuntos de segurança, também pode explicar a ação estatal de promoção de suas empresas no exterior, pois esta política tem o objetivo de garantir a sobrevivência estatal por meio da competitividade da economia nacional, sem contar com o auxílio de nenhum Estado estrangeiro para atingir tal fim além da garantia de um ambiente favorável às operações da empresa investidora.

Outra característica importante do Realismo é o papel central do Estado na análise das relações internacionais, o qual possui a função fundamental de garantir a segurança de seus cidadãos contra agressões externas e de tomar medidas para a garantia da paz dentro de suas fronteiras. Esta característica também possui maior aplicação a assuntos relacionados a segurança e é insuficiente para explicar o apoio de governos à internacionalização de empresas, que requer, além de uma ação estatal importante em assuntos não relacionados a segurança, a participação imprescindível de atores não estatais.

Finalmente, outro aspecto do Realismo a ser mencionado é o poder. Alguns autores do Realismo consideram o poder como a capacidade econômica, tecnológica, política e militar dos Estados, ao passo que outros definem o poder em termos relativos, como a capacidade dos Estados em se defender contra seus competidores no cenário internacional. Certamente, ao promover a internacionalização de empresas como meio de garantir a competitividade da economia nacional e a sobrevivência destas empresas em um ambiente de grande concorrência internacional, os Estados têm o objetivo de manter ou aumentar sua parcela de poder.

b) O Liberalismo e a política de apoio à internacionalização de empresas

Vejamos agora como o Liberalismo pode contribuir para explicar o apoio estatal à internacionalização de empresas. Primeiramente, para os liberais, os Estados podem engajar-se em arranjos que promovam a cooperação em nível internacional. Como afirmado anteriormente, a cooperação entre Estados deve acontecer para permitir que governos promovam a internacionalização de empresas e, portanto, esta característica do Liberalismo contribui para explicar a política de promoção de capitalismo nacional no exterior.

Em segundo lugar, a configuração do sistema internacional chamada de interdependência complexa possui características importantes para explicar a existência de políticas de promoção da internacionalização de empresas. Isto ocorre porque a interdependência complexa defende a existência de contatos informais entre órgãos governamentais e atores privados; ressalta a relevância de uma ampla diversidade de temas além da segurança, incluindo questões econômicas, financeiras e culturais; e reconhece a inexistência de hierarquia entre questões da chamada alta política e baixa política.

Outro aspecto importante da interdependência complexa é o fato de o Estado não ser considerado um ator unitário, mas uma arena onde operam múltiplos interesses. Neste sentido, o interesse nacional deve ser analisado conforme os atores que estão sendo representados pelo Estado. Tal análise se adequa bem à política de apoio estatal à internacionalização de empresas.

Finalmente, outro ponto de convergência entre o Liberalismo e a política de apoio à internacionalização de empresas é a visão de que os Estados não estão preocupados primordialmente com sua segurança, mas buscam maximizar sua utilidade em uma série de áreas de sua atuação.

Conclusão

A economia contemporânea mundial tem sido cada vez mais influenciada pela atuação das empresas multinacionais, as quais têm exercido grande influência sobre os padrões de comércio internacional e sobre a geografia econômica mundial. Além disso, o controle de parte significativa dos fluxos de investimentos globais e das inovações tecnológicas por estas empresas tem feito com que sua influência transcenda a arena econômica e alcance o cenário político, resultando atualmente em uma complexa rede de interações entre empresas e governos.

Tanto o Realismo como o Liberalismo possuem instrumentos que podem explicar o apoio estatal à internacionalização de empresas. O Realismo será uma teoria apropriada para explicar tal apoio se pensarmos que, ao adotar tal política, o Estado tem como objetivo garantir sua sobrevivência em um ambiente de crescente concorrência internacional entre empresas transnacionais, em que o Estado não pode contar com nenhum outro além de si mesmo para defender seus interesses, mantendo cada Estado

uma vigilância mútua permanente, em que o Estado tem papel central como indutor da internacionalização de empresas e que estimular a atuação de empresas nacionais no exterior é parte de um processo de aumento do poder do Estado como um todo.

Por outro lado, a excessiva ênfase do Realismo em assuntos relacionados a questões de segurança, refletido em pressupostos como a desconfiança permanente entre Estados e a função precípua destes de proteger seus cidadãos contra agressões externas e garantir a paz interna, afasta o poder explicativo da teoria sobre o apoio estatal à internacionalização de empresas, que requer um grau mínimo de confiança entre Estados, de modo a estimular a operação de empresas nacionais em um ambiente externo desconhecido e com ambiente regulatório muitas vezes diferente do doméstico, assim como um papel ativo do Estado em adoção de políticas que excedem a garantia da segurança contra agressões externas e incluem uma ação estatal conjunta com entidades privadas para defender o interesse nacional.

Já o Liberalismo será a teoria mais adequada para explicar o apoio estatal à internacionalização de empresas se considerarmos que esta é estimulada pela cooperação entre Estados, a qual é, por sua vez, facilitada pelo estabelecimento de instituições internacionais; que, em um cenário de interdependência complexa, existem contatos informais entre órgãos governamentais e atores privados e não há uma hierarquia entre questões de alta política e baixa política; que o Estado não é um ator unitário, mas uma arena onde operam múltiplos interesses; e que os Estados não estão preocupados primordialmente com sua segurança, mas buscam maximizar sua utilidade em uma série de áreas de sua atuação.

Pode-se afirmar que, portanto, Realismo e Liberalismo não são excludentes como teorias explicativas do papel estatal no apoio à internacionalização de empresas, mas complementares, com ambos possuindo instrumentos importantes para explicar este apoio. Para promover suas empresas no exterior, Estados devem adotar uma mistura de políticas realistas e liberais, ainda que o ambiente pouco cooperativo do Realismo não pareça se adequar bem ao entendimento mínimo necessário para a internacionalização de empresas.

Referências

ALÉM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. *Revista do BNDES*,

Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, dez./2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2403.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2011.

CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília*, v. 45, n. 1, p. 5-35, 2002.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. 2012. 413 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=20964@1>. Acesso em 17 set. 2013.

_____. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al. (orgs.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 188-204. Disponível em: <[http://www.rls.org.br/sites/default/files/\(9\)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.rls.org.br/sites/default/files/(9)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2013.

GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, Cambridge, 1950, vol. 2, no. 2, p. 157-180.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua: Um Projecto Filosófico*. Covilhã: LusoSofia press, 2008.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert e MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. *International Security*, Cambridge, Massachusetts, 1995, v. 20, n. 1, p. 39-51.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 2. ed. New York: Longman, 1989.

KEOHANE, Robert e NYE Joseph. *Transnational relations and world politics: an introduction*. International Organization, Boston, 1971, v. 25, n. 3, p. 329-349.

LIMA, Maria Regina Soares; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Uma versão estrutural do regionalismo. In: DINIZ, Eli Roque. (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MEARSHEIMER, John. The False Promise of International Institutions. *International Security*, Cambridge, Massachusetts, 1994, v. 19, n. 3, p. 5-49.

MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, João e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SCHROEDER, Paul. Historical Reality vs. Neo-Realist Theory. *International Security*, Cambridge, Massachusetts, 1994, v. 19, n. 1, p. 108-148.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. 1. ed. New York: McGrawHill, 1979.